

## **RESOLUÇÃO Nº 136**

*de 11 de agosto de 2025*

**"Regulamenta a Lei Ordinária Municipal nº 1.503, de 16 de fevereiro de 2011, estabelecendo procedimentos para o pagamento de verbas indenizatórias relacionadas ao exercício parlamentar, define as atribuições da Comissão de Controle de Verbas e Cotas Parlamentares, e dá outras providências."**

*A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Coxim, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte Resolução:*

### **CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** *O valor da verba indenizatória destinada à manutenção das atividades de gabinete e ações parlamentares de cada vereador será de até R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) mensais, conforme regulamentação desta Resolução.*

**Art. 2º** *As despesas realizadas com base na Lei Ordinária Municipal nº 1.503/2011 serão ressarcidas mediante comprovação documental, conforme os critérios estabelecidos nesta Resolução.*

### **CAPÍTULO II - PROCEDIMENTOS PARA RESSARCIMENTO**

**Art. 3º** *O pedido de reembolso deverá ser realizado por meio de requerimento padrão, conforme modelo disponibilizado no Anexo Único, contendo:*

*I - informações detalhadas sobre a despesa;*

*II - declaração do vereador atestando a veracidade e autenticidade da documentação apresentada.*

**Art. 4º** A Comissão de Controle de Verbas e Cotas Parlamentares terá o prazo de 3 (três) dias úteis para analisar os pedidos de reembolso e emitir parecer, aprovando ou rejeitando os documentos apresentados.

*Parágrafo único:* As notas fiscais e documentos comprobatórios deverão ser entregues até o dia 12 de cada mês para análise.

### **CAPÍTULO III - DESPESAS INDENIZÁVEIS**

**Art. 5º** Serão ressarcidas as despesas realizadas exclusivamente nas seguintes situações:

*I - abastecimento de veículo utilizado para o exercício da função parlamentar, devidamente cadastrado junto à comissão de avaliação;*

*II - serviços de reprografia, digitalização e impressão de documentos;*

*III - divulgação do mandato parlamentar em mídias diversas, exceto nos 180 dias anteriores às eleições municipais.*

*IV - despesas com ligações pelo uso de telefonia móvel, cujo aparelho seja de propriedade do vereador, devidamente cadastrado junto a comissão de avaliação, não podendo ter pacotes incluídos nas despesas;*

*§1º - Despesas com combustível deverão conter informações como placa do veículo, quilometragem e nome do motorista, limitadas a 70% do valor mensal da verba, salvo justificativa excepcional.*

*§2º - Não serão ressarcidas despesas com aquisição de bens permanentes, alimentos, propaganda eleitoral ou atos político-partidários.*

*§3º - Fica vedado o ressarcimento de despesas que caracterizar promoção pessoal do parlamentar.*

### **CAPÍTULO IV - ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO**

**Art. 6º** A Comissão de Controle de Verbas e Cotas Parlamentares será composta por 3 (três) membros nomeados pela Mesa Diretora e terá as seguintes atribuições:

*I - verificar a regularidade da documentação apresentada;*

*II - emitir parecer sobre os pedidos de ressarcimento;*

### **CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 7º** A documentação apresentada para ressarcimento deverá ser:

I - livre de rasuras ou emendas;

II - datada e detalhada, discriminando o serviço prestado ou material adquirido.

III - no caso dos incisos II e III do art. 5º, deverá acompanhar a documentação um exemplar do trabalho ou evento realizado, quando tratar de divulgação dos trabalhos do parlamentar.

IV- na hipótese de os documentos comprobatórios de despesas não reunirem condições de serem considerados aptos a ensejar o ressarcimento nos termos desta Resolução, serão devolvidos pela Comissão de Controle de Verbas e Cotas Parlamentares aos respectivos requerentes, para as devidas correções e substituições, quando estes forem possíveis.

**Art. 8º** A Comissão terá 3 (três) dias úteis para emitir relatório de liberação ou devolver os documentos para correção, quando necessário.

**Art. 9º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as Resoluções nº 094/2022, e demais disposições contrárias.

**Art. 1º.**

O Anexo | da Resolução n.º 086, de 16 de dezembro de 2020, que trata das tabelas de valores de diárias devidas a agentes políticos e servidores da Câmara Municipal de Coxim, fica alterado com fundamento no art. 7.º, parágrafo único, da mesma norma, considerando-se o acumulado dos dois últimos períodos aquisitivos, passando a vigorar nos termos do anexo consolidado a esta Resolução.

**Art. 2º.**

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Anexo | da Resolução n.º 093/2022 de 16/02/2022.

Resolução n.º xxx/2025

*TABELA DE VALOR INTEGRAL DE DIARIA, PARA VIAGEM DENTRO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.*

*CARGO SEM PERNOITE COM PERNOITE*

*VEREADORES R\$ 375,00 R\$ 750,00*

*SERVIDORES R\$ 375,00 R\$ 750,00*

*TABELA DE VALOR INTEGRAL DE DIARIA, PARA VIAGEM FORA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.*

*CARGO SEM PERNOITE COM PERNOITE*

*VEREADORES R\$ 625,00 R\$ 1.250,00*

*SERVIDORES RS 625,00 R\$ 1.250,00*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*